SOBRECARGA DE TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS CLASSE DO DISTRITO FEDERAL

Soraia Gomes Araujo Sampaio Pereira[1]
0009-0001-4930-6495
Fernando Bomfim Mariana[2]
ORCID Autor 2

Palavras-chave: Intensificação do trabalho docente. Políticas educacionais. Sobrecarga de trabalho.

INTRODUÇÃO

Desde meados de 1990, governos de todas as linhas partidárias têm adotado os princípios neoliberais como norteadores das reformas educacionais. No Brasil, as políticas educacionais implementadas nas últimas décadas objetivaram trazer para o âmbito educacional valores gerenciais típicos do mundo empresarial tais como competitividade, meritocracia, individualismo e responsabilização. Seguindo esse caminho, a busca por melhoria da qualidade do ensino público nas escolas brasileiras tem ocorrido pela imposição de maiores controles externos sobre o trabalho desenvolvido nas escolas, pela culpabilização unilateral dos professores pelos problemas educacionais brasileiros, pela precarização das condições de trabalho e pela intensificação.

Apoiando e fundamentando a construção das reformas educacionais neoliberais, estão organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essas e outras instituições financeiras internacionais têm oferecido nas últimas décadas orientações e "apoio", inclusive financeiro, às políticas sociais e educacionais desses países de forma direta. Assumindo uma posição de "ajudar" os países periféricos, incluindo o Brasil, foram divulgados por eles, nos últimos tempos, muitos documentos e análises com orientações que, segundo a sua visão, seriam fundamentais para que os países periféricos pudessem melhorar significativamente os seus sistemas públicos de ensino.

Seguindo a lógica recomendada pelos organismos internacionais, as reformas educacionais trataram de alinhar o currículo e a educação pública brasileira às necessidades do

[1] Professora da SEEDF. Mestre pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
[2] Professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

mercado competitivo. Novas demandas de trabalho, inclusive relacionadas a prestações de contas diversas quanto ao trabalho desenvolvido nas escolas, foram adicionadas à rotina escolar aumentando a carga de trabalho dos professores. Um amplo sistema de acompanhamento e avaliação das aprendizagens dos estudantes foi implementado, estabelecendo novas formas de controle, pressões e responsabilizações sobre os professores e coordenadores. Ao mesmo tempo, a padronização de certos processos administrativos e pedagógicos e o uso de novas tecnologias, envolvendo o controle de procedimentos e prazos determinados de forma externa, têm reforçado ainda mais os processos que intensificam o trabalho docente nesse contexto.

As reformas educacionais gerencialistas das últimas décadas, baseadas em uma lógica mercantilista, trouxeram para a escola e para o trabalho docente novas atribuições e demandas que se associam aos trabalhos tradicionais de planejamento de aulas e gestão das salas de aula. Hoje os professores têm que executar também outras atividades que se tornaram obrigatórias no âmbito da docência em anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas brasileiras. Nesse sentido Assunção e Oliveira (2009) observam que houve uma "dilatação", de maneira legal, do que seja o exercício das atividades docentes.

O conceito de trabalho docente refere-se a "todo ato de realização no processo educativo", indo além da atuação do professor em sala de aula (Dicionário Gestrado, 2010). Ele abrange também as atividades desempenhadas por outros profissionais da escola, como coordenadores, orientadores educacionais, merendeiros e demais colaboradores. No caso específico do professor regente de classe, esse trabalho não se limita ao ensino direto com os alunos nos horários das aulas, mas envolvem ainda a interação com a comunidade, a participação na gestão escolar, o planejamento do projeto pedagógico, a presença em conselhos e outras funções (Assunção; Oliveira, 2009).

A inserção de novas demandas no conjunto de atribuições dos professores, sem ajustes correspondentes de tempo, espaço ou condições, configura o que Dal Rosso (2008) denomina intensificação laboral. Para o autor, essa intensificação consiste na exigência de realizar uma quantidade maior de tarefas em um mesmo intervalo de tempo, muitas vezes, sem o correspondente aumento de recursos ou remuneração.

Além de atingir o trabalhador de forma objetiva, o processo de intensificação laboral também está relacionado à imposição de maiores pressões, responsabilizações ou cobranças de caráter subjetivo. As mudanças implementadas pelas recentes reformas educacionais, têm repercutido também sobre a identidade e a profissão docente (Assunção; Oliveira, 2009) estimulado uma moral de autorresponsabilização e culpa por parte, principalmente, das professoras (Garcia; Anadom, 2009).

METODOLOGIA

A pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo exploratória, desenvolvida no âmbito do programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional, da Faculdade de Educação do Distrito Federal, intitulada "A intensificação do trabalho docente em anos iniciais do ensino

fundamental de escolas públicas no Distrito federal" teve como objetivo identificar, e refletir sobre, os processos de intensificação do trabalho docente no atual contexto das escolas públicas de anos iniciais ligadas à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Como objetivos específicos, buscou-se identificar os principais focos de intensificação do trabalho docente nos contextos *"em classe"* e *"extraclasse",* sejam eles de caráter objetivo ou subjetivo, e a percepção dos professores sobre a intensificação laboral do seu trabalho nos últimos anos. Para a realização da pesquisa empírica, foram selecionadas quatro (4) Escolas Classe do Distrito Federal, entre as dez (10) maiores da região em número de matrículas, tendo em vista um universo de mais de 300 escolas desse tipo na região.

Para alcançar os objetivos propostos, os instrumentos utilizados foram: observação estruturada com coleta de dados gerais sobre as (4) Escolas Classe, questionário, respondido por 98 professores regentes das quatro escolas; e o desenvolvimento de dois (2) grupos focais com alguns professores de diferentes Escolas Classe.

Após a coleta de dados, foram desenvolvidas análises de conteúdo e de discurso buscando interpretar os dados coletados à luz de uma percepção crítica, dialética e contextualizada da realidade em que se encontra o trabalho docente na atualidade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa empírica sinalizaram que a intensificação do trabalho docente é uma realidade presente e significativa no âmbito do trabalho docente nas escolas públicas de anos iniciais do Distrito Federal. Entretanto, a intensificação tem se apresentado em diferentes níveis nesses contextos escolares, dependendo da configuração das turmas, da presença ou não de pessoas de apoio quando necessário, da situação contratual dos professores, e ainda da habilidade e empatia dos gestores escolares no sentido de amenizar, até certo ponto, a sobrecarga do trabalho docente nas escolas onde atuam.

Quanto à percepção geral dos professores sobre a intensificação nas escolas pesquisadas, o resultado obtido foi que: 95% daqueles que responderam ao questionário aplicado confirmam que o trabalho docente na SEEDF parece ter ficado mais "intenso, desgastante e exaustivo" nos últimos anos. Também quase a totalidade dos participantes da pesquisa manifestou costumar ter "a sensação de que o seu trabalho nunca termina", indicando que sentem a presença real de uma carga de trabalho bastante desafiadora.

Sobre os focos de intensificação laboral, foram encontradas as seguintes categorias para análise:

Intensificação: categorias

Intensificação "EM CLASSE":	Intensificação "EXTRACLASSE":
• Superlotação das turmas; • Falta de pessoas de apoio, inclusive pedagógico, à inclusão; • Falta de apoio geral, orientadores, pedagogos e outros profissionais	• Excesso de demandas administrativas burocráticas com prazos "apertados"; • Falta de tempo para atender às demandas de coordenação individual (que leva o professor a trabalhar frequente em ambiente doméstico, além do tempo contratual); • Perda de autonomia para organizar e gerir o próprio trabalho.

A superlotação das turmas foi descrita pelas professoras que participaram dos debates como um importante fator de intensificação do trabalho docente. Segundo elas, as dificuldades relacionadas à gestão de uma classe superlotada se refletem tanto nos tempos *"em classe"*, como nos tempos *"extraclasse"*. Contudo, o problema da superlotação das turmas tende a se agravar quanto há uma maior diversidade de alunos na classe.

A falta de apoio à inclusão foi outro problema recorrentemente citado pelas professoras que fizeram parte dos debates. Em quase metade das turmas avaliadas, observou-se que o número de pessoas de apoio à inclusão era insuficiente tendo em vista a quantidade dos ENEEs presentes nas classes e o grau de severidade de cada diagnóstico ou provável diagnóstico deles.

No entanto, mesmo quando os ENEEs têm disponível uma pessoa para apoiá-los na sala de aula, esse apoio tem se apresentado muito limitado porque nem os monitores, nem os educadores, podem exercer, oficialmente funções pedagógicas. Sobre o contexto geral apresentado, o questionário aplicado aponta que 70% dos professores consideram ruins ou péssimas as condições de tempo, espaço e apoio para fazer um "bom trabalho" com os estudantes ENEEs.

Quanto ao contexto de trabalho *"extraclasse",* a pesquisa apontou que o excesso de demandas administrativas tem sido um importante fator de intensificação do trabalho docente. Muitas dessas demandas estão relacionadas à prestação de contas e ao acompanhamento das aprendizagens dos estudantes por gestores externos. Em geral, os "novos trabalhos" chegam para os professores das Escolas Classe como tarefas obrigatórias planejadas de forma externa e com prazos "apertados" determinados também de forma externa. Segundo as professoras que participaram dos debates, muitas vezes, as demandas externas atrapalham a execução de outras atividades considerados por elas mais urgentes e importantes, de acordo com as realidades locais.

A pesquisa realizada, indica que quase metade dos professores costuma trabalhar além do seu tempo contratual de 8 horas diárias em semanas comuns de trabalho. Essa realidade reflete uma outra questão apontada pela pesquisa: o tempo destinado às coordenações individuais tem sido insuficiente para a execução de todas as demandas obrigatórias, necessárias ou importantes, com um mínimo de qualidade, dentro do tempo contratual de trabalho de 8 horas diárias.

Nas 4 escolas onde a pesquisa foi realizada, em média, 72% dos professores regentes eram “temporários”. Sobre essa situação, a pesquisa aponta que esses profissionais, em maioria nas classes dos anos iniciais das escolas públicas da região, estão submetidos a uma intensificação em maior grau, em relação aos professores efetivos. Tal constatação se deve à observação de que eles não têm os mesmos direitos e benefícios que os efetivos, além de terem que conviver com maiores pressões em geral.

A pesquisa realizada também indicou que a sensibilidade e a empatia dos gestores escolares podem, até certo ponto, fazer uma diferença significativa quanto à intensificação no contexto das Escolas Classe quando, por exemplo, deixam de fazer uma reunião não essencial para deixar o tempo livre para os professores possam corrigir provas.

Como consequência, a intensificação do trabalho docente no contexto das Escolas Classe, tem prejudicado a saúde dos professores e a qualidade da educação ofertada nas escolas da região. A intensificação aumenta os riscos de os professores adoecerem com mais frequência, dificulta a realização de um trabalho mais criativo e contribui para que os professores se sintam mais frustrados e menos motivados com relação à sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nas escolas públicas de anos iniciais do Distrito Federal apontou a intensificação do trabalho docente é uma realidade presente e significativa para os professores das Escolas Classe. A intensificação nesse contexto tende a distanciar os professores de momentos de reflexão sobre o próprio trabalho e a trazer efeitos negativos sobre a saúde desses profissionais. A análise indica ainda que a intensificação nas Escolas Classe tem se apresentado de forma combinada com um contexto de precarização das condições de trabalho e de perda de autonomia dos professores para organizar e gerir o seu próprio trabalho.

A precarização no atual contexto de trabalho nas Escolas Classe pôde ser observada tanto com relação às condições contratuais, sendo que a maioria dos professores estão trabalhando sob o regime de contratação temporária com direitos restritos, como também com relação às condições diretas para o exercício da docência. Neste caso, a pesquisa aponta que os professores estão tendo que trabalhar com salas superlotadas, inclusive, com ENEEs sem a presença de pessoas de apoio à inclusão de forma adequada, além de terem que lidar com um excesso de demandas de trabalhos administrativos e pedagógicos nos tempos de trabalho extraclasse.

Quanto à perda de autonomia, observa-se que o fato de muitas demandas externas estarem chegando para os professores das Escolas Classe como tarefas compulsórias está deixando os professores com uma margem muito pequena para desenvolverem trabalhos de forma discricionária. Além disso, o poder de decisão dos professores sobre os trabalhos escolares tem estado limitado a questões práticas de organização dos trabalhos pedagógicos e administrativos, enquanto decisões importantes sobre o currículo e a avaliação escolar têm sido reservadas à gestores externos.

Dessa forma, foi possível observar no contexto das Escolas Classe que estão em curso processos de colonização e alienação do trabalho docente. A colonização do tempo de trabalho dos professores pôde ser observada a partir da constatação de que a maior parte do tempo de trabalho "extraclasse" de coordenação pedagógica tem sido utilizada para trabalhos orientados e controlados por gestores externos. Nesse contexto, a alienação do trabalho docente pôde ser vista considerando o excesso de demandas pensadas e determinadas de forma externa que têm transformado os professores em operadores de políticas que não construíram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** Educação & Sociedade, v. 30, n. 107, p. 349–372, agosto 2009.

BANCO MUNDIAL. **Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e Caribe.** Washington, D.C.: Banco Mundial, 2014. Disponível em: https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/Highlights%20&%20Features/lac/LC5/Portuguese-excellent-teachers-report.pdf. Acesso em: 6 ago. 2025.

DICIONÁRIO GESTRADO: "**trabalho docente".** Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/. Acesso em: 19 abr. 2025.

DALL ROSSO, **Sadi. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GARCIA, Maria Manuela Alves; ANADOM, Simone Barreto. **Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente.** Educação & Sociedade, v. 30, n. 106, p. 63–85, abril 2009.